



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anexo

Documento n.º 1



GRUPO MUNICIPAL

Período Antes da Ordem do Dia - Intervenção

Muito boa tarde, cumprimento o senhor Presidente Assembleia Municipal e com ele toda a mesa que o acompanha, o senhor presidente da Câmara Municipal e todos os vereadores eleitos, cumprimento também os presidentes de junta e união de freguesias aqui presentes bem como todos os deputados municipais, os funcionários, o restante público e a comunicação social.

O grupo municipal do Partido Socialista inicia a sua intervenção por congratular o Sr. Presidente da Câmara e todo o executivo municipal pela organização de mais uma FACIT, feira que muito dignifica o nosso concelho. Mostrando uma aposta clara na dinamização económica e cultural deste território.

Assumindo a importância da fruição cultural como fator de desenvolvimento de qualquer pessoa ou local, denota-se que esta tem assumido cada vez mais preponderância neste município através da crescente promoção de atividades e espetáculos de excelente qualidade.

Em seguida, e na sequência de todo o debate realizado na assembleia anterior, queremos parabenizar o Sr. Presidente da Câmara por ter conseguido efetivar a redução do tarifário da água, que em muito beneficiará toda a população tabuense. Considerando a água como um bem de primeira necessidade e essencial à vida aproveito para salientar a importância da uma utilização responsável e sustentável com vista à proteção desta em prole das gerações vindouras.

Congratulamos também a crescente aposta no desenvolvimento turístico do concelho, em sintonia como o nosso governo do partido socialista que ainda ontem, no Dia Mundial do Turismo, anunciou um fundo de 120 milhões para desenvolvimento e qualificação da oferta turística, de forma a promover as potencialidades turísticas locais.

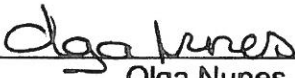
Aproveito aqui para expressar o contentamento com o início da limpeza e obras no nosso hotel de Tábua.

Seguidamente, no que diz respeito à situação financeira do município, segura de que termos vindo a evoluir positivamente, solicito um esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara acerca dos pagamentos em atraso deste município, informação que consta no Relatório sobre a execução orçamental da administração local referente ao 1º semestre de 2018, elaborado pelo Conselho de Finanças Públicas?

Por fim, o nosso grupo municipal volta a congratular o Sr. Presidente da Câmara e todo o executivo municipal, pelo trabalho realizado, na minimização dos efeitos da destruição massiva do fatídico incêndio que devastou o nosso concelho, questionando novamente qual o ponto de situação da reconstrução das habitações afetadas pelo incêndio e dos processos de candidatura, nomeadamente dos dois casos visados na reportagem?

Muito Obrigada

Tábua, 28 de setembro de 2018



Olga Nunes
(Grupo Municipal do Partido Socialista)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anexo

Documento n.º 2

INTERVENÇÃO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 28/09/2018

JOÃO NUNO FONSECA BORGES DE BRITO

Exmos.

- Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Senhores Secretários
- Sr. Presidente da Câmara Municipal, Senhor Vice-Presidente e Senhores Vereadores
- Senhoras Líderes de Bancada e Senhores Deputados Municipais
- Senhoras e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia
- Colaboradores de Apoio à Assembleia Municipal;
- Comunicação Social
- Minhas Senhoras e Meus Senhores

Praticamente decorrido um ano após os trágicos acontecimentos de Outubro de 2017, será de todo importante fazer um breve balanço dos resultados das medidas implementadas pelas entidades oficiais para minimização das consequências nefastas dos incêndios para o nosso território e para as nossas Pessoas, nomeadamente quanto à temática das Casas ardidas e todas as problemáticas inerentes a este tema.

Tem sido um processo complexo e paralelamente mais moroso do que o adotado nas indemnizações para as perdas no setor agrícola.

Verificámos que o Governo assumiu critérios de rigor legal que porventura não tinha adotado em relação aos incêndios de Junho de 2017.

Desde o processo de identificação e classificação das casas ardidas; à fase das candidaturas para recuperação das habitações permanentes; seguindo-se a etapa de verificação e análise dos documentos, negociação com os proprietários e decisão final de validação das candidaturas; o rigor implementado teve como principal consequência o alargamento do tempo de resolução de uma das mais sérias consequências dos incêndios, a privação de uso da habitação permanente.

Sabemos que nesta matéria ainda temos inúmeros dossiers abertos.

Sabemos que existem dúvidas e falta de informação por parte das pessoas que podem ser interpretadas de várias maneiras consoante a perspetiva que se queira analisar. Estará o copo meio cheio ou meio vazio?

E é nesse sentido, para que todos possamos ficar totalmente elucidados sobre este assunto e com a devida autorização do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que solicito ao Senhor Presidente da Câmara Municipal o esclarecimento para as seguintes dúvidas em relação ao território da União de Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha:

1. Das candidaturas efetuadas quantos processos foram aprovados e qual o seu ponto de situação;
2. Dos processos aprovados cuja reconstrução foi entregue pelos proprietários à CCDRC, sabendo que as casas já foram demolidas e duas estão já a serem reconstruídas, qual o prazo definido contratualmente com o consórcio vencedor para a finalização dessas habitações e as consequências previstas para o empreiteiro geral se os mesmos não forem cumpridos;
3. Numa reportagem que a TVI transmitiu no passado dia 21 de Setembro, foi possível ouvirmos duas famílias da União de Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha a lamentarem-se da não aprovação das respetivas candidaturas e de terem sido votadas ao abandono. Gostaria que nos elucidasse das razões porque as mesmas não foram aprovadas?
4. Acreditando que no concelho de Tábua somente as habitações permanentes obtiveram a aprovação por parte da CCDRC, gostaria de saber se tem alguma informação por parte do Governo sobre a abertura de uma linha de apoio para a reconstrução das casas de segunda habitação? Esta é uma situação que a manter-se inalterável é bastante

prejudicial para todos nós, e em particular para a União de Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha, onde mais de quarenta habitações desta categoria foram destruídas, porque impede que os seus proprietários, com as suas vidas estabelecidas nas grandes cidades ou mesmo no estrangeiro, se desloquem aos fins-de-semana ou em períodos de férias às nossas vilas e aldeias, deixando assim de aqui consumirem, como reforça a crescente desertificação do nosso território;

Finalmente, não posso deixar passar a oportunidade de, relembrando que a Junta de Freguesia teve um prejuízo direto de cerca de 200 mil euros, e não tendo até hoje tido da parte do Estado Central qualquer tipo de apoio, ajuda, comparticipação ou solidariedade institucional, e porque as Juntas de Freguesia são Estado e são os organismos públicos que mais perto estão da população, gostaria que o Senhor Presidente da Câmara me informasse sobre o ponto de situação do destino do Fundo de Solidariedade da União Europeia, que foi aprovado para que os Municípios possam recuperar as infraestruturas, equipamentos e sinalização públicas destruídas pelos incêndios de Outubro passado, com um valor aprovado de 50 milhões de euros e supostamente reduzido por decisão governamental para metade.

Quando estarão disponíveis para as entidades para as quais foram aprovadas? Porque somos nós... População, Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais das zonas afetadas os destinatários dos mesmos...

Obrigado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anexo

Documento n.º 3



Intervenção a ser transcrita em ata

Exmos Senhores Presidentes da Assembleia, da Câmara Municipal, de Juntas de Freguesia

Exmos Senhores Deputados e Vereadores,

Exmos Colaboradores do Município,

Exmos Múncipes e Comunicação Social,

Saúdo todos os presentes.

Gostaria de iniciar a minha intervenção por um apontamento que relevo importante.

O Senhor Presidente da Assembleia na sessão passada fez algumas abordagens a assuntos tão importantes como o relacionamento entre gerações, a participação democrática e o relacionamento de trabalho entre género.

É sobre este último que gostava de me debruçar.

Tem sido uma missão de séculos a tentativa de tratamento igual e direitos iguais independentemente de qualquer característica física ou mental de cada indivíduo.

A designação da forma feminina ou masculina das palavras tem sido uma fraca e inoperante tentativa de alcançar a igualdade de direitos e de tratamento que há muito deveria estar normalizada. Sinto que esta obrigatoriedade não teve o efeito pretendido.

O uso da força e da posição para impor a supremacia de uma "raça", permito-me o uso da palavra, é a antítese da democracia. Reduzir a questão política à agressão verbal e à utilização de métodos direcionados a coartar o direito de resposta e a ocultar o que deve ser público, resulta até ao ponto em que já não resulta.

Comentários acerca de indumentárias, aspeto físico, do que deve ou não ser dito é de uma enorme falta de respeito, de educação e de civilidade. Especialmente se é reiteradamente direcionado a pessoas do sexo feminino. Nomeadamente em situações idênticas.

Como exemplo, a minha intervenção inicial na sessão anterior prejudicou totalmente a inauguração da FACIT, com direito a referência especial na ata da reunião de câmara seguinte. Talvez com o intuito de que os vereadores eleitos pelo PSD me punissem exemplarmente. Não entendo o objetivo. Absolutamente descabido.

No entanto, o Dr Nuno Tavares discursou, o que não é habitual, e não lhe foi atribuída qualquer corresponsabilidade no atraso da inauguração da FACIT. O Eng Bruno Santos fez uma apresentação, direi bem feita e com interesse, mas com muita corresponsabilidade no atraso da inauguração da FACIT. Também ele não mencionado em ata como tendo atrasado a inauguração da FACIT.

A aprovação da regulamentação não deve sê-lo porque é obrigatório. É para ser aplicado.

Pergunto para que servem os Planos, os regulamentos se não são para aplicar?

Chega de desrespeito por mulheres e por homens que têm os seus percursos profissionais e que estão aqui eleitos em representação da população que neles votou.

Senhor Presidente, senhores deputados, vamos respeitar-nos, não confundir debate político com ataques pessoais, e respeitar as regras democráticas. E, Senhor Presidente, fazê-las respeitar.

Que o nosso objetivo seja decidir o melhor possível no interesse dos nossos munícipes.

Tem sido nossa preocupação o incumprimento financeiro dos executivos liderados pelo atual presidente da câmara, senhor Mário Loureiro.

O agravamento da dívida em meio milhão de euros nos últimos 3 meses, conforme posição do orçamento da despesa de 2018, a 20 do corrente mês, incluído nos documentos recebidos para esta sessão, é preocupante. A dívida atinge os 2,8 milhões de euros.

De acordo com dados publicados pelo Conselho Superior de Finanças, e referenciados nos meios de comunicação regionais e nacionais, respeitantes aos dados do 1º semestre de acordo com a informação prestada pela DGAL, o município de Tábua encontra-se em 11º lugar no ranking dos municípios com maiores pagamentos em atraso. Apresenta um rácio de pagamentos em atraso em 30.06.2018 face à receita efetiva de 2017, de 24,5 %. Ainda de acordo com os dados publicados, refletido igualmente no relatório semestral de 2018 preparado pela empresa de auditores, o prazo médio de pagamentos em Tábua era de 149 dias, o que coloca o município em 22º lugar do ranking nacional de municípios piores pagadores.

Continua este executivo no caminho da procura do financiamento a expensas dos atores da sua esfera de influência.

Deixou de preocupar a bancada do PSD os valores protocolados ou contratados com as freguesias, com os bombeiros e outras instituições do concelho, cabimentados e comprometidos, porque estão todos liquidados, conforme informação prestada pelo senhor presidente da câmara.

Senhores presidentes das juntas de freguesia, senhores presidentes dos bombeiros, aqui presentes, face a esta resposta, devem ter recebido todas as verbas em atraso.

Congratulamo-nos com o bom resultado dos esforços efetuados nesse sentido.

As instituições que por lapso administrativo não tenham sido englobadas neste pacote deverão insistir com os serviços municipais para o rápido pagamento das verbas que reclamam.

Desconheço o ofício enviado pelo Senhor Presidente da Assembleia solicitando as informações enviadas através do ofício 2339 de 26.09.2018 assinado pelo Senhor Presidente da Câmara. As respostas dadas nada têm a ver com o pedido feito por esta bancada.

Primeiro,

foi pedido o mapa da dívida a fornecedores e prestadores de serviços a mais de 90 dias, aliás referido no relatório semestral a 30.06.2018 no seu ponto VI. Penso que uma fotocópia, uma digitalização do mapa seria uma informação fácil de prestar. Não o recebemos.

Pedimos novamente o mapa de pagamentos em atraso a mais de 90 dias, o último disponível, pelo que solicitamos ao Senhor Presidente da Assembleia esse pedido por escrito ao presidente da câmara.

Segundo,

em referência ao pagamento efetuado às freguesias, na altura 135 mil euros e na informação desta sessão 219 mil euros, pedimos detalhe dos pagamentos por freguesia/protocolo ou contrato/ano. Não obtivemos resposta pelo que solicitamos ao Senhor Presidente da Assembleia esse pedido por escrito ao presidente da câmara.

De algumas situações de que tivemos conhecimento iria referi-las e solicitar resposta ao Senhor Presidente da Câmara.

Surgiram notícias relacionadas com a morte de animais. Quais os procedimentos regulamentados no município e informados aos funcionários camarários relativos ao tratamento a dar a animais mortos? Iniciou-se a proibição de eutanasiar animais sem dono. Quais as medidas tomadas para que essa proibição não perturbe a saúde pública?

Recebi a informação de que a promessa dada pelo Senhor Presidente da Câmara à IRMANDADE de SANTA ANA de VILA DO MATO feita há mais de um ano de transferência de propriedade de dois imóveis urbanos afetos aos serviços fúnebres e ao salão de convívio não teve o devido seguimento. Houve algum problema que levasse a uma demora tão prolongada?

A divulgação da decisão da ANAFRE relativamente aos acordos de execução entre as juntas de freguesia e a câmara municipal é fundamental e de uma grande importância para uma adequação à realidade dos documentos a assinar. Pergunto, o que vai ser feito neste sentido?

A transparência das instituições é cada vez mais importante. A valorização dos trabalhos prestados, mapas de acompanhamento disponíveis para todos os intervenientes, decisões conjuntas, são a base para a melhoria do serviço às populações.

É com agrado que ouvi aqui a notícia da redução do tarifário da água no concelho de Tábua. Que redução e a partir de que data?

Foi finalmente publicado o Regulamento do Provedor do Município. Agora que há regulamento não há provedor? Não havia regulamento, havia provedor. Com contactos e horário de atendimento. Agora desapareceram os horários e os contactos. Como habitualmente não somos convidados, ousou perguntar, já foi realizada a tomada de posse? Que trapalhada!

Finalizo com uma reclamação. Pedimos que o documento apresentado por esta bancada relativo ao relatório ao abrigo do estatuto do direito de oposição, se não fossem feitas as correções a que aludimos, tivesse o mesmo tratamento que o mencionado relatório. Este está publicado no site do município enquanto o nosso documento foi ignorado. Solicitamos assim que o Senhor Presidente da Assembleia o faça publicar no mesmo local. Em prol da tão propalada transparência no município de Tábua.

Solicito cópia das gravações das sessões de assembleia.

Tenho dito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anexo

Documento n.º 4

Intervenção na Assembleia Municipal de Tábua - Sessão Ordinária de 28 setembro 2018

II - Período da ordem do dia

Ponto 3 – Eleição para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens Alargada

O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe: Olga Mafalda da Cruz Nunes

Ponto 4 – Apreciação do relatório semestral - Informação sobre a situação económica e financeira – 30 junho 2018

Ao analisar o documento, pretendo deixar algumas considerações:

- Em relação ao passivo global, o mesmo reduziu 589.332€ face a 31/12/2017; e o passivo exigível diminuiu 511.186€ face a 31/12/2017, devido à diminuição das rubricas de fornecedores correntes e imobilizado (vide passivo ponto IV);
- O rácio de dívida total reportada à DGAL por habitante reduziu face ao período homólogo (vide análise financeira ponto IV);
- No primeiro semestre 2018 o Município de Tábua arrecadou mais receita no montante de 267.874€ do que relativamente ao período homólogo (vide controlo orçamental receita ponto V);
- As amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo estão em linha com o orçamentado. (vide passivo financeiro / controlo orçamental despesa);
- Em todos os períodos as receitas totais cobrem as despesas totais (vide rácios orçamentais);
- O Município de Tábua deixa de se encontrar em situação de alerta precoce (vide ponto VIII dívida total);
- A dívida total a 30/06/2018 apresenta uma margem de 4.470.352€, representado assim 0,95 vezes a média da receita corrente líquida cobrada dos 3 últimos anos, e no primeiro semestre do exercício de 2018 a mesma diminuiu cerca de 538.829€ (vide ponto VIII dívida total);
- Durante o ano 2018 a dívida total, pode legalmente aumentar até um total de 786.305€, tendo em conta a margem do ano anterior (vide ponto VIII dívida total).

Intervenção na Assembleia Municipal de Tábua - Sessão Ordinária de 28 setembro 2018

Em termos de gestão financeira, o Sr. Presidente da Câmara Municipal continua a responder de forma célere às necessidades da população tabuense, e muito atento aos fundos comunitários, não tendo desperdiçado as oportunidades de financiamento que são colocadas à disposição dos municípios. As contas estão no bom caminho!

Ponto 7 – Fixação das taxas do imposto municipal sobre imóveis (IMI)

A bancada do Partido Socialista congratula-se com as medidas anunciadas hoje pelo Governo do Partido Socialista ao anunciar a inserção no próximo orçamento de estado de Portugal de 2019 um conjunto de medidas a favor dos cidadãos, tais como: a possibilidade de pagamento do IMI de valor acima de 100 euros, em 3 prestações, a coincidir com o pagamento de subsídio de férias e subsídio de natal, ajudando as famílias a suportar o IMI. Estas medidas vêm aliviar a pressão nas famílias.

Verifica-se também que o executivo do Município de Tábua propôs manter as taxas do ano anterior, nos mínimos da lei, prédios urbanos 0,3% e prédios rústicos 0,8%.

De salientar também que o artigo 112º.A do decreto-lei 287/2003, prevê a possibilidade aos municípios de fixar uma redução da taxa de imposto municipal sobre imóveis, destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo, atendendo ao número de dependentes.

Em nome da bancada do Partido Socialista, quero enaltecer a decisão do executivo da Câmara Municipal de Tábua, que propôs redução no pagamento tendo em conta o número de dependentes: quer dizer se um casal/agregado familiar tiver um filho, pode ter um desconto de 20€ no pagamento do IMI, se um casal tiver dois filhos, pode ter um desconto de 40€ no pagamento do IMI, e se um casal tiver três ou mais filhos, pode ter um desconto de 70€ no pagamento do IMI.

É um desconto automático, pois quando um cidadão recebe a conta do IMI, o desconto já vem feito, numa coluna de desconto por dependentes.

Bem-haja Sr. Presidente, por esta medida automática de apoio às famílias, com a redução do IMI!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anexo

Documento n.º 5

Lista "B"



Proposta a ser transcrita em ata

Ponto 3 OT sessão de 28.09.2018

A bancada do PSD vem propor o Professor António Martins para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens nos termos do artº 17, alínea I) da Lei nº 147/99, de 1 de setembro, pela sua larga experiência, conforme curriculum anexo, que consideramos de interesse essencial para o preenchimento do lugar deixado vago pelo dr Alfredo Areias

Artigo 17.º Composição da comissão alargada 1 — A comissão alargada é composta por:

I) Quatro cidadãos eleitores, preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo, designados pela assembleia municipal, ou pelas assembleias municipais ou assembleia de freguesia, nos casos previstos, respetivamente, nas alíneas b) e a) do no n.º 2 do artigo 15.º;

Currículo relevante para o Artigo 17.º

11 anos de experiência de ensino de educação física e educação especial;

Director de agrupamento de escolas há mais de 10 anos;

Pós graduado em Educação especial e em administração escolar;

Vários anos como coordenador dos serviços especializados dos apoios educativos;

Presidente do conselho geral durante vários anos e enquanto director, membro do conselho geral, órgão com responsabilidades ao nível da Definição das linhas orientadoras do planeamento e execução, pelo director, das atividades no domínio da ação social escolar;

Director de turma, vários anos, Cargo determinante no papel de mediador fundamental enquanto elo de ligação entre a escola e a família, no sentido de orientar os pais no acompanhamento da vida escolar dos seus filhos

No desempenho do cargo de director tem sido por inerência o interlocutor do agrupamento de escolas junto da CPCJ, competindo-lhe a identificação de situações de risco e o consequente reporte à CPCJ.

Tem a participação em seminários promovidos pela CPCJ de S. Pedro do Sul, nomeadamente: em abril de 2008 *"As competências das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens"*

Em maio de 2015 o Seminário "Mais Família".

Frequentou a formação entre dezembro de 2014 e fevereiro de 2015 com o tema *"Mediação de conflitos em contexto escolar: propostas de prevenção"*.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anexo

Documento n.º 6



GRUPO MUNICIPAL

Intervenção: Período da ordem do dia

Sr. Presidente da Assembleia e respectiva mesa, Sr. Presidente e Vereadores do Executivo, Srs. Deputados Municipais, Presidentes de Freguesia e União de Freguesias, comunicação social e demais presentes,

Como já devem ter tido a oportunidade de apreciar através da documentação que vos disponibilizada, o Plano de Actividades de 2018 do Conselho Municipal da Juventude apresenta uma forte incidência no Projecto “Orçamento Participativo Jovem”

“A tua participação é importante! Não fiques de fora!” é a mensagem apresentada pelo Governo, dando continuidade a este projecto que já conta com três edições e tem como objectivo principal a participação democrática dos jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 30 anos, que podem apresentar e decidir projectos de investimento público. Encara-se a juventude como parte determinante na sociedade portuguesa através do envolvimento nas decisões colectivas, sempre com uma atitude vigilante face à actuação dos organismos públicos.

Foi exactamente através da reunião de propostas apresentadas no ano transacto que no âmbito deste mesmo programa foi apresentado no dia 12 de Agosto de 2017 - aquando das comemorações do Dia Internacional da Juventude - o projecto municipal “Espaço Jovem”, pretendendo a requalificação da zona envolvente ao Jardim Sarah Beirão e dotando esta área de um conjunto de espaços para atracção da população mais jovem, prática da actividade física ao ar livre, privilegiando o recreio com equipamentos modernos adaptados às novas tendências do desporto. Representa o “Espaço Jovem” uma reflexão de ideias, vontades, projecções e irreverência na definição de políticas para o concelho por parte de todos os jovens participantes e daqueles que ainda irão participar e expor num futuro as suas propostas, atendendo a que num Município em que a voz da juventude apresenta acção, se prevê um cenário evolutivo e vital.

Afinal ser jovem é construir, ter a arte de reinventar, analisar o mundo através de todos os ângulos existentes, com a coragem e a ousadia de arriscar!

Tábua, 28 de Setembro de 2018

Marta André de Lima

(Grupo Municipal do Partido Socialista)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anexo

Documento n.º 7

Manuel Jorge Sarmiento

3420-011 Ázere

Manuel Jorge Sarmiento

Intervenção na Assembleia Municipal de Tábua de 28/09/2018

Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Srs. Secretários

Sr. Presidente da Câmara

Srs e Sra. Vereadora

Srs. Membros da Assembleia

Srs. Presidentes de Junta

Secretariado de Apoio, Comunicação Social e público presente, os meus respeitosos cumprimentos.

Como habitante deste concelho e ex-membro eleito desta Assembleia, tenho duas questões para apresentar ao executivo desta Câmara.

1ª., Como é do conhecimento dos membros que transitaram do mandato anterior para este, sabem que fui uma das pessoas que mais vezes reclamou a conclusão da estação de bombagem de esgotos em Ázere, da zona da Fonte velha.

Felizmente ficou concluída, mas cada vez que a bomba funciona, as pessoas têm que fugir de casa por causa do mau cheiro que sai dos pontos de esgoto existentes em casa, como sanitas, bidét"s, lava louças, ~~etc.~~ caixa de ligação da casa mortuária, etc.

Está a ser feita uma obra, que infelizmente, para bem de uns vai ser o martírio de outros.

Estão a preparar tudo para fazer a bombagem de esgotos do Espadanal e talvez Lageosa e não sei se Vila Seca, para entrar no início da rede de esgotos de Ázere, numa rede que não foi calculada para isso e que prevejo que a curto prazo, obrigue o resto das pessoas a fugir de casa e eventualmente tampas a saltar com excesso de caudal.

Será que os dois projetos comungam do mesmo erro, para mim, falta de tubagem de retorno degazes?

2º. Também eu há alguns anos pus a questão da vespa Asiática aqui nesta Assembleia, e quase fui sacrificado porque não existia, era mentira, etc. Com o aproximar dos problemas, ela começou a expandir-se, já é uma praga e com muita satisfação vi a Câmara de Tábua a ser pioneira no abate de ninhos que proliferam no nosso conselho. Em diversos "CHATS FACEBOOCANOS" fiz rasgados elogios à atuação Câmara Municipal de Tábua em comparação com a maioria das outras Câmaras. Eis senão quando no melhor pano cai a nódoa e neste momento há diversos ninhos identificados e não desativados, pois contactada a empresa que o fazia, informa que não pode continuar o excelente trabalho que estava a fazer porque a Câmara Municipal não tem correspondido com as suas obrigações.

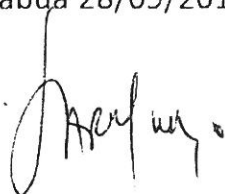
Informo que por cada ninho não tratado durante uma semana, no mínimo é uma colmeia/enxame que é destruído.

Estou aqui a falar por inúmeros apicultores do nosso conselho, alguns aqui presentes, solicitando que este assunto seja resolvido e pomo-nos à disposição desta Câmara para podermos colaborar no combate a esta praga, e temos algumas ideias, que em colaboração com o Município, podemos minimizar esta praga que destrói abelhas, frutas, provoca doenças e é um caso de saúde pública.

Os meus agradecimentos.

Jorge Sarmento

Tábua 28/09/2018





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anexo

Documento n.º 8

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA DE 28/SETEMBRO/2018

Ex.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tábua

Eu abaixo-assinado Rui Silveiro de Moura, B.I. n.º 36002 (Arquivo de Identificação de Lisboa), Munícipe com residência permanente (desde 1994) na Rua Quinta das Boiças s/nº de polícia, 3420-348 Tábua, venho por via desta carta registar por escrito as minhas questões, entregando-a presencialmente à Mesa desta Assembleia Municipal – para que seja anexa à Acta desta Sessão.

PONTO 1 (já conta dos dois documentos anteriormente por mim entregues a V.Exª nas Assembleias Municipais de Tábua realizadas a 28FEV2018 e 27JUN2018, apensos às respectivas Actas mas relativamente ao qual aguardo ainda respostas/resoluções/correctivos camarários pendentes) :

Na qualidade de Proprietário/vizinho confinante com o artigo matricial n.º 8000/AT (sito no aglomerado urbano da Quinta das Boiças/Freguesia de Tábua) e também como primeiro Signatário da Petição Pública Colectiva de Protesto - subscrita por sete Proprietários/vizinhos reclamantes - enviada por carta registada em 30/ Novembro/1998 à C.M. Tábua, que originou a abertura do **Proc. Camarário n.º 451/1998 SAD/40/014**, contra a edificação própria de uma vedação metálica (~35m x 1.8m) com sapata de cimento (por parte dos Proprietários desse art. n.º 8000), confinante com a via pública, sem obtenção de licenciamento/alinhamento camarário e sem provisão do afastamento regulamentado ao eixo e/ou plataforma dessa via pública, SOLICITO respostas pendentes às minhas cartas registadas e posteriores reclamações/Petições Públicas Colectivas de Protesto, bem como o cumprimento dos correctivos notificados (desde 2015) aos Reclamados – tal como confirmado (e registado em Acta) pelo Presidente do Município na **Reunião Ordinária Pública nº20/2016** (na qual também participei com os demais Peticionários-Signatários) e por via do subsequente **Proc. Camarário n.º 01/2016-SA/32/014**. Esses incumprimentos (por parte dos Reclamados) condicionam (até à data) a largura desse troço da via pública a ~3.75m.

PONTO 2 (já conta dos dois documentos anteriormente por mim entregues a V.Exª nas Assembleias Municipais de Tábua realizadas a 28FEV2018 e 27JUN2018, apensos às respectivas Actas mas relativamente ao qual aguardo ainda respostas/resoluções/correctivos camarários pendentes) :

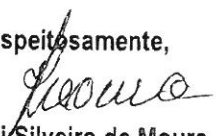
Tal como também já reportado junto da C.M. Tábua (inclusive por participação em Reuniões Ordinárias Públicas), o incumprimento do **Ponto 4 do Alvará nº2/1975** por parte dos Proprietários dos Lotes nº2/3/4 também me prejudica patrimonialmente em ~35.15m na frente (Sul) da minha propriedade habitacional (vide Reclamação nº 349942, entre outras, registada no Livro de Reclamações da C.M.T.), condicionando a largura desse troço a ~4.20m – **agravado pelo alcatroamento abusivo de parte dessa minha propriedade** (área urbana privada).

PONTO 3 (já conta dos dois documentos anteriormente por mim entregues a V.Exª nas Assembleias Municipais de Tábua realizadas a 28FEV2018 e 27JUN2018, apensos às respectivas Actas mas relativamente ao qual aguardo ainda respostas/resoluções/correctivos camarários pendentes) :

No seguimento do aprovado em Reunião Ordinária da C. M. Tábua, com Acta n.º 09/2016 de 11 de Maio, em que a Deliberação n.º 115 aprovou a Acta da Comissão Municipal de Toponímia n.º 02/2016 de 4 de Maio e a respectiva Listagem - complementada pela Planta de Localização de Toponímia da Freguesia de Tábua que regista e ilustra parcialmente a **extensão oficial da Rua da Quinta das Boiças/Freguesia de Tábua**, SOLICITO **correctivos pendentes das irregularidades reportadas** na minha Participação-Denúncia datada 06/Junho/2017 (Registo Camarário n.º 2489) – documentadas também por cartografia homologada e diversos Projectos de Licenciamento de Obras, confinantes com essa mesma via pública e aprovados pela C.M.T. - **razão pela qual não se aceita a decisão de arquivamento processual** (vide Ofício Camarário nº 1014, 30ABR2018).

Aguardo também respostas afins e resoluções correctivas por parte da J.F. e C.M. de Tábua às minhas Reclamações registadas sob os nº 0349866 / 0349868 / 0118453 / 0349873.

Respeitosamente,


Rui Silveiro de Moura